



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2024

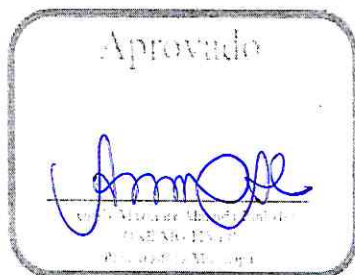
Processo Licitatório nº.: **068/2024**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: **047/2024**

Procedimento: Registro de Preços nº.: **033/2024**

Fiscal da Ata de Registro de Preços: **Eva Eloisa de Santana Romão**

Gestor da Ata de Registro de Preços: **Gilmar Caetano da Silva**



Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86, residente em Presidente Olegário - MG, doravante denominado

CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **DISTRIBUIDORA ENTSORGA LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. 21.056.989/0001-25 situada na Praça Tiradentes, nº 75, Bairro Centro - **CONTAGEM/MG**, CEP 32041-770, e-mail licitacao@entsorga.com.br, telefone (31) 9 9833 5613, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o(a) Sr(a). Jaqueline Aragão de Oliveira, inscrito no CPF nº. 000.428.316-36, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente ata de registro de preços, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLAUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata de registro de preços decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 068/2024 por meio do Pregão Eletrônico nº. 047/2024 pelo procedimento de Registro de Preços 033/2024 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital da Licitação, o Termo de Referência anexo ao Edital de licitação, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES

2.1. O objeto da presente ata é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Gestor: Gilmar Caetano da Silva

Fiscal: Eva Eloisa de Santana Romão

3. CLAUSULA TERCEIRA – DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme estabelecido no Edital e/ou Termo de Referência.

4. CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses contados a partir da data de publicação no PNCP**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida

Hênio Cristiano Candido Pereira

[Three signatures]

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução da Ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Ata.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A presente ARP tem o seu valor com o total de **R\$378.167,40 (trezentos e setenta e oito mil cento e sessenta e sete reais e quarenta centavos)**, conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
DISTRIBUIDORA ENTSORGA LTDA						
0008	ADAPTADOR COM FLANGE 50 MM	UNOCANN	300,0000	UN	5,9000	1.770,0000
0012	ADAPTADOR PVC 32MM	UNOCANN	200,0000	UN	0,8000	160,0000
0013	ADAPTADOR SOLDÁVEL 25MM X 3/4	UNOCANN	300,0000	UN	0,3600	108,0000
0014	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO PVC 60MM X 2"	UNOCANN	300,0000	UN	2,3400	702,0000
0024	BARRA CANO PVC 32MM COM 6,00M	POLYVIN	500,0000	UN	24,4000	12.200,0000
0025	BARRA DE CANO COM 6 M DE PVC MARROM 40 MM	POLYVIN	300,0000	UN	34,0000	10.200,0000
0026	BARRA DE CANO PVC 1/2 6,00m	POLYVIN	600,0000	UN	10,0000	6.000,0000
0027	BARRA DE CANO PVC 3/4 C/ 6 METROS	POLYVIN	600,0000	UN	12,0000	7.200,0000
0031	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL EM PVC DE 25 MM PARA 20 MM - ÁGUA FRIA	UNOCANN	300,0000	UN	0,2400	72,0000
0036	BUCHA RED. PVC 25X20MM	UNOCANN	300,0000	UN	0,1200	36,0000

Carla Cristina Candida Greina

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

0041	CAIXA D AGUA 1000 LITROS POLIETILENO COM TAMPA	OTO/POLYVIN	100,0000	UN	364,9800	36.498,0000
0055	CURVA DE 20 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	2,0000	400,0000
0056	CURVA DE 25 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	2,7500	550,0000
0057	CURVA DE 32 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	1,6200	324,0000
0058	CURVA DE 40 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	4,9000	980,0000
0059	CURVA DE 60 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - RAIO LONGO - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	11,0000	2.200,0000
0073	JOELHO 1/2 AZUL C/BUCHA DE LATAO	UNOCANN	200,0000	UN	2,7000	540,0000
0074	JOELHO 3/4 SOLDÁVEL ROSCÁVEL	UNOCANN	200,0000	UN	0,9000	180,0000
0075	JOELHO AZUL 50MM	UNOCANN	200,0000	UN	5,0000	1.000,0000
0076	JOELHO DE 20 MM X 90° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	0,5000	100,0000
0077	JOELHO DE 20 MM X 90° PVC SOLDÁVEL / ROSCÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	0,6000	120,0000
0079	JOELHO DE 32 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	1,2000	240,0000
0080	JOELHO DE 32 MM X 90° - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	0,9000	180,0000
0081	JOELHO DE 40 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	1,8000	360,0000
0082	JOELHO DE 60 MM X 45° - PVC SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	4,0000	800,0000
0087	JOELHO PVC 20MM X 45 GRAUS	UNOCANN	200,0000	UN	0,4600	92,0000
0088	JOELHO PVC ESGOTO 100MM X 50MM	UNOCANN	100,0000	UN	9,0000	900,0000
0091	JOELHO PVC ESGOTO 32MMX45°	UNOCANN	200,0000	UN	3,0000	600,0000
0093	JOELHO PVC ESGOTO 40MMX90	UNOCANN	200,0000	UN	0,7200	144,0000
0094	JOELHO PVC ESGOTO 50MMX45°	UNOCANN	200,0000	UN	1,5000	300,0000

Renio Cristina Candida Breina

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

0095	JOELHO PVC ESGOTO 50MMX90°	UNOCANN	200,0000	UN	1,5500	310,0000
0096	JOELHO PVC ESGOTO 75MMX45°	UNOCANN	200,0000	UN	2,6200	524,0000
0097	JOELHO PVC ESGOTO 75MMX90°	UNOCANN	200,0000	UN	2,9900	598,0000
0100	JOELHO PVC SOLD.20MMX90°	UNOCANN	200,0000	UN	0,3600	72,0000
0101	JOELHO PVC SOLD.25MMX45°	UNOCANN	200,0000	UN	0,6000	120,0000
0102	JOELHO SOLD. 60MMX90°	UNOCANN	200,0000	UN	5,8000	1.160,0000
0103	JOELHO SOLDAVEL 32MMX90°	UNOCANN	200,0000	UN	1,0000	200,0000
0104	JOELHO SOLDAVEL 50MM x 45°	UNOCANN	200,0000	UN	2,6700	534,0000
0105	JOELHO SOLDAVEL 50MM x 90°	UNOCANN	220,0000	UN	2,6700	587,4000
0106	JUNÇÃO EM Y 40X 40MM PVC PARA ESGOTO	UNOCANN	200,0000	UN	1,6700	334,0000
0107	JUNÇÃO PVC DE ESGOTO 100MM	UNOCANN	200,0000	UN	9,9000	1.980,0000
0108	JUNÇÃO PVC DE ESGOTO 50 MM	UNOCANN	200,0000	UN	3,2500	650,0000
0109	JUNÇÃO PVC DE ESGOTO 75 MM	UNOCANN	200,0000	UN	6,0000	1.200,0000
0116	LUVA DE CORRER 20 MM - PVC ÁGUA FRIA	CORRPLASTIK	300,0000	UN	3,1500	945,0000
0117	LUVA DE CORRER 200 MM - PVC ESGOTO	UNOCANN	300,0000	UN	45,0000	13.500,0000
0122	LUVA DE CORRER 50 MM - PVC ESGOTO	UNOCANN	300,0000	UN	2,7500	825,0000
0123	LUVA DE CORRER 50 MM MARROM	CORRPLASTIK	300,0000	UN	17,0000	5.100,0000
0129	LUVA DE ESGOTO 100MM	UNOCANN	300,0000	UN	2,6300	789,0000
0130	LUVA DE PVC SOLDÁVEL 50MM MARROM	UNOCANN	320,0000	UN	1,5500	496,0000
0146	LUVA PVC ESGOTO 40MM	UNOCANN	300,0000	UN	0,6000	180,0000
0147	LUVA PVC ESGOTO 50MM	UNOCANN	300,0000	UN	0,9600	288,0000
0148	LUVA PVC ESGOTO 75MM	UNOCANN	300,0000	UN	1,9100	573,0000
0149	LUVA PVC SOLD. 40MM	UNOCANN	300,0000	UN	1,2000	360,0000
0154	LUVA SOLDAVEL 32MM	UNOCANN	300,0000	UN	0,8000	240,0000

Renata Cristina Candida Pereira

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

0155	LUVA SOLDAVEL 50MM AZUL	UNOCANN	220,0000	UN	1,8000	396,0000
0156	LUVA SOLDAVEL 60MM	UNOCANN	200,0000	UN	3,4400	688,0000
0170	NIPEL PVC ROSCÁVEL 1.1/2"	UNOCANN	100,0000	UN	1,5000	150,0000
0172	NIPEL PVC ROSCÁVEL 1/2"	UNOCANN	100,0000	UN	0,3000	30,0000
0173	NIPEL PVC ROSCÁVEL 3/4"	UNOCANN	100,0000	UN	0,5000	50,0000
0175	PLUG ROSCAVEL 1/2	UNOCANN	300,0000	UN	0,1800	54,0000
0176	PLUG ROSCAVEL 3/4	UNOCANN	300,0000	UN	0,2400	72,0000
0182	REDUÇÃO ESGOTO 100MM X 75MM	UNOCANN	200,0000	UN	2,8700	574,0000
0194	REGISTRO ESFERA PVC 1.1/2	POLYVIN	200,0000	UN	16,0000	3.200,0000
0209	TAMPÃO DE PVC 100 MM - ESGOTO	UNOCANN	200,0000	UN	2,1500	430,0000
0213	TAMPÃO DE 25 MM - ÁGUA FRIA- SOLDÁVEL	UNOCANN	200,0000	UN	0,4700	94,0000
0215	TAMPÃO DE 40 MM - ESGOTO	UNOCANN	200,0000	UN	0,4000	80,0000
0216	TAMPÃO DE 50 MM - ESGOTO	UNOCANN	200,0000	UN	0,8000	160,0000
0217	TAMPÃO DE 60 MM - ÁGUA FRIA- SOLDÁVEL	UNOCANN	200,0000	UN	3,0000	600,0000
0218	TAMPÃO DE 75 MM - ESGOTO	UNOCANN	200,0000	UN	1,6000	320,0000
0220	TAMPAO SOLDAVEL 50MM	UNOCANN	200,0000	UN	1,5000	300,0000
0226	TE DE 50 MM SOLDÁVEL - ÁGUA FRIA	UNOCANN	200,0000	UN	3,7000	740,0000
0227	TE DE PVC DE 1/2"- MARROM SOLDAVEL/ROSCAVEL	UNOCANN	200,0000	UN	0,7200	144,0000
0228	TE DE PVC MARROM 40MM	UNOCANN	200,0000	UN	2,5000	500,0000
0233	TE ESGOTO 50MM	UNOCANN	300,0000	UN	2,7900	837,0000
0234	TE ESGOTO 75 MM	UNOCANN	200,0000	UN	5,6900	1.138,0000
0235	TE PVC 32MM	UNOCANN	200,0000	UN	1,5000	300,0000
0237	TE PVC ESGOTO 100MMX75MM	UNOCANN	300,0000	UN	8,0000	2.400,0000
0238	TE PVC SOLD.20MM	UNOCANN	300,0000	UN	0,4800	144,0000
0249	Tubo de PVC Liso com Anel - 300 mm x 6 metros	POLYVIN	100,0000	UN	522,0000	52.200,0000
0250	TUBO DE PVC PREDIAL 50MM- NBR- 6MT MARROM	POLYVIN	300,0000	UN	43,0000	12.900,0000

Kenio Cristina Landeiro Pereira

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

0251	TUBO ESGOTO PREDIAL 100MM NBR 5688 - COM 6 METROS	POLYVIN	300,0000	UN	60,0000	18.000,0000
0253	TUBO PVC AZUL 50MM- 6 MT	POLYVIN	2.500,0000	UN	29,7000	74.250,0000
0254	TUBO PVC ESGOTO 150MM COM 6,00 METROS	POLYVIN	300,0000	UN	104,0000	31.200,0000
0255	TUBO PVC ESGOTO 40MM / 6 MTS	POLYVIN	300,0000	UN	20,0000	6.000,0000
0256	TUBO PVC ESGOTO 50MM C/ 6,00M	POLYVIN	300,0000	UN	28,0000	8.400,0000
0257	TUBO PVC ESGOTO 75MM C/ 6 METROS	POLYVIN	500,0000	UN	38,9900	19.495,0000
0258	TUBO PVC PREDIAL 60MM NBR 5648 - COM 6 METROS	POLYVIN	300,0000	UN	86,0000	25.800,0000
Total do Fornecedor: 378.167,40						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de ARP, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).

7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.

7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

Hênio Cristina Candido Pereira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.

7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:

8.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

8.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial da ARP, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico financeiro da ARP ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico financeiro a ser

Renio Cristina Camolida Pereira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio da ARP, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura da ARP, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que a ARP esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal da ARP e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes da ARP serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ARP e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta ARP;

1. Sérgio Antônio Loureiro da Silva



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ARP;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta ARP;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ARP, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da CONTRATADA:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta ARP e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a

Vânia Cristina Candida Pereira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ARP;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.12. Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução da ARP, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta ARP, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.1.1. Entrega os itens conforme Solicitação da Secretaria Requisitante e definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

11.1.2. O prazo de entrega dos produtos será de 08 (oito) dias consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

11.1.3. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG reserva-se no direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com as disposições apresentadas neste instrumento convocatório.

Therica Cristina Candida Pereira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

11.1.4. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

11.1.5. O recebimento provisório, será realizado pelo servidor designado do Município, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

11.1.6. O recebimento definitivo, realizado pelo fiscal do contrato, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Comete **infração** administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial da ARP;

II- Der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total da ARP;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução da ARP;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto.

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ARP licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. **moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

12.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ARP por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.4. **compensatória de até 30% (trinta por cento)** sobre o valor total da ARP, no caso de inexecução total do objeto.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a

Verônica Cristina Candida Bruna



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A ata de registro de preço do fornecedor será cancelada quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

13.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

13.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.

13.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.2.1. por razão de interesse público;

13.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.2.3. se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

14.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2024, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer

Rênia Cristina Candida Pereira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, 03 de julho de 2024.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia
Prefeito Municipal

JAQUELINE
ARAGAO DE
OLIVEIRA:000428
31636

Assinado de forma digital
por JAQUELINE ARAGAO
DE OLIVEIRA:00042831636
Dados: 2024.07.04
15:51:43 -03'00'

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS**
Gilmar Caetano da Silva

DISTRIBUIDORA ENTSORGA LTDA
Jaqueline Aragão de Oliveira

TESTEMUNHAS: I -

Eva Eloisa de Santana Romão - CPF: 059.034.336-00

II -

Laura Fernanda Silva - CPF: 123.391.496-06